

Histórico Candidatura DLBC-99-2015-02-019 Versão 7

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 23/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
503281239	LEADER OESTE - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
Morada (Sede Social)	
TRAVESSA DO HOSPITAL Nº 14	
Código Postal	Localidade
2550-168	CADAVAL
NUT III	NUT II
Oeste	Centro
Telefone	E-mail
262691545	leaderoeste@gmail.com
Telefax	

262691546

URL

Tipologia de Beneficiário

<http://www.leaderoeste.pt>

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

José Ferreira de Sousa Coutinho

Telefone Responsável

262691545

Cargo Responsável

Coordenador

Telemóvel Responsável

919695852

Serviço/Departamento

Coordenação

Email Responsável

leaderoeste@netvisao.pt

Email Alternativo

leaderoeste@gmail.com

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

A parceria estabelecida pelo GAL para a implementação da EDL do Baixo Oeste tem como entidade gestora a Leader Oeste – Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste, uma associação privada sem fins lucrativos com sede no concelho do Cadaval, sub-região do Oeste (NUTS III), região Centro (NUTS II). Desde 1994, a Leader Oeste dinamiza ações ao nível local com o intuito de potenciar o desenvolvimento local das freguesias rurais do território de intervenção e procura representar e integrar os diversos sectores socioeconómicos que aí estão presentes.

No território de intervenção, a associação tem integrado diversos programas de nível regional, nacional e europeu em prol do desenvolvimento das zonas rurais. Dessas experiências, destacam-se a gestão e participação em projetos temáticos de desenvolvimento rural, renovação das aldeias, cidadania, ambiente e inclusão social dentro da sub-região do Oeste, como por exemplo:

- CLDS+ CADAVAL, com um investimento total de 245.361€, entre 2013-2015;
- EIXO 3 do PRODER, no período de 2007-2013, com 207 projetos realizados no âmbito da Medida 31/32, com um investimento total de 15.811.679€ 35 projetos desenvolvidos no âmbito da Medida 35, com um investimento total de 1.747.220€, e 7 projetos realizados, no âmbito da Medida 34, num investimento total de 673.880€;
- PIC LEADER+, 2000-2006, com 127 projetos apoiados, um investimento total 8.500.000€ e apoio de 2.800.000€;
- AGRIS ação 7.1 para as áreas rurais do Carvalhal, Cesaredas e Montejunto, 2000-2004, com 16 projetos apoiados, um investimento total de 700.000€ e apoio de 500.000€;
- Carrefour CEIDRO - Europe Direct Oeste, para o desenvolvimento de atividades de animação e informação europeia, realizado em parceria com a DRAPLVT, no período de 1999 -2008 e subvenção direta de 25.000€/ano para 2013-2017;
- PIC LEADER II, 1996-2000, com 104 projetos apoiados, um investimento total de 4.250.000€ e um apoio de 2.300.000€;
- PPDR Centro Rural de Montejunto, 1996-2000, onde foram apoiados 14 projetos, com um investimento total de 1.600.000€ e apoio de 1.200.000€;
- INTERREG SUDOE, com a apresentação de 4 candidaturas;
- INTERREG ESPAÇO ATLÂNTICO, com 3 candidaturas apresentadas.

Dentro da temática dos Circuitos de Comercialização (FEADER), a Leader Oeste realizou projetos PROVE, Mercados Ecorurais e Missão Hortofrutícola nos concelhos de Caldas da Rainha, Alenquer, Torres Vedras e Cadaval que contaram com o envolvimento de produtores agrícolas locais e parceiros estratégicos como APAS, AIRO, Municípios, ADAE, ADREPES e ANP. No âmbito da Valorização e Promoção de Produtos Locais (FEADER), participou em feiras, colóquios e mostras regionais, onde estiverem presentes produtores do setor agroalimentar e artesãos da região, em parceria com a ANP, Fundação Minha Terra e outros GAL de âmbito nacional.

Paralelamente, a Leader Oeste integra a Bolsa de Terras GEOP, em parceria com a DRAPLVT, Rede Rural e a Fundação Minha Terra. É também responsável pela produção de estudos técnicos de âmbitos diversos como o património cultural e ambiental e as energias renováveis, dos quais se destaca a inventariação de 800 Moinhos na sub-região do Oeste.

Produziu e patrocinou ainda diversas publicações relativas ao território em que se insere, nomeadamente sobre o património cultural (“Pintar e cantar os reis – percurso de uma tradição”, em 2000, ou “Montejunto – Imaginários e celebrações de uma Serra” de 1999) ou sobre a diversidade do seu património natural (“Atlas das aves que nidificam na Serra de Montejunto”, em 1999, ou “O património geológico da Serra de Montejunto”, em 2000).

A Leader Oeste desenvolveu, em parceria com a ADENE, um projeto pioneiro ao nível das energias renováveis, relativo à microprodução de energia para particulares, disponibilizando-se aos interessados para a prestação de apoio na sua implementação. Foi também impulsionadora de um projeto, de seis anos, desenvolvido no âmbito da eficiência energética na iluminação pública.

A sua participação ativa no território de intervenção espelha-se num rol de conhecimentos e capacidades que se revelam necessárias e a capacitam para uma correta apreciação das necessidades desse mesmo território. Face a estas iniciativas, a Leader Oeste apresenta o seu currículo com experiências capazes de conferir à sua estrutura técnica competências de coordenação, implementação e gestão de projetos.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
502620951	Associação Agricultores do Oeste	05/02/1990	07/02/1990	94110	Associações e fundações privadas
500793450	Associação Agricultores da Região Alcobaca	09/02/1978	09/02/1978	94110	Associações e fundações privadas
508305268	CENTRO DE ARTE, MÚSICA E EDUCAÇÃO DE ÓBIDOS	26/09/2007	26/09/2007	85593	Associações e fundações privadas
500928223	Associação Comercial dos Concelhos das Caldas da Rainha e Óbidos	12/11/1902	12/11/1902	94110	Associações e fundações privadas
500877424	Associação Comercial Industrial e Serviços da Região Oeste	17/07/1975	17/07/1975	94111	Associações e fundações privadas
500008876	Adega Cooperativa Vermelha, CRL	01/01/1963		11021	Cooperativa
503640468	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PENICHE	27/07/1995	20/06/1996	94995	Associações e fundações privadas
500731152	Cooperativa Agrária de Compra, Venda e Prestação de Serviços, CRL	03/02/1977	01/07/1977	47784	Cooperativa
503145955	Associação Nacional Produtores de Pêra Rocha	09/02/1994	07/04/1994	94110	Associações e fundações privadas
505356970	Associação Freguesias do Concelho Lourinhã	10/02/2002	12/02/2003	94995	Associações e fundações privadas
502316993	Associação Produtores Agrícolas da Sobrena	22/06/1989	26/03/1990	94110	Associações e fundações privadas
506480003	Associação de Produtores Florestais	17/02/2003	25/02/2003	94110	Associações e fundações privadas
501439536	Associação Agricultores de Torres Vedras	07/09/1976	01/01/1994	94110	Associações e fundações privadas
501943153	Associação para o desenvolvimento de Miragaia	01/04/1972	01/04/1972	94991	Associações e fundações privadas
504235052	ASSOCIAÇÃO DAS ROTAS DOS VINHOS DE LISBOA	01/01/1997		94995	Associações e fundações privadas
504750143	Associação Solidariedade social do Pó	01/01/2000	02/04/2007	94995	Associações e fundações privadas
507230620	Associação Mutualista da Freguesia do Vilar	08/08/2005	01/12/2007	85142	Associações e fundações privadas

504572598	Associação Produtores Maça de Alcobaça	16/08/1999	16/01/2001	91333	Associações e fundações privadas
502609745	Associação Viticultores de Alenquer	15/01/1990	15/01/1996	94110	Associações e fundações privadas
502884738	Associação para a Valorização Agrícola em Produção Integrada	01/01/1992		94995	Associações e fundações privadas
501155350	CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	25/11/1975	26/11/1975	94110	Associações e fundações privadas
510428835	CAL MAIS - Câmara Agrícola Lusófona	10/01/2013	29/01/2013	99000	Associações e fundações privadas
504122983	Campo Aventura - Programas de Lazer, Lda	02/04/1998	01/10/1998	93293	Empresa
503235890	CAMPOTEC - Comercialização e Consultoria em Hortofrutícolas, SA.	29/04/1994	06/05/1994	46311	Outras entidades empresariais privadas
500075050	Cooperativa Agrícola de Alcobaça, CRL	18/08/1932	18/08/1932	46214	Cooperativa
504343025	CENTRO AGRÍCOLA E RURAL DO OESTE	02/02/2004	05/04/2004	91333	Associações e fundações privadas
503510190	Casa Agrícola Julio Nicolau, Lda	25/07/1995	21/08/2001	46382	Empresa
502212322	CENTRO DE GESTÃO DA EMPRESA AGRICOLA DE OBIDOS	19/06/1989	14/11/1989	94110	Associações e fundações privadas
503903361	Centro Desenvolvimento Comunitário Landal	09/06/1976	25/06/1996	85321	Associações e fundações privadas
503626449	Centro Social Cultural Desenvolvimento Olho Marinho	25/10/1995	02/12/1996	88101	Associações e fundações privadas
500883904	Circulo de Cultura Musical Bombarralense	15/02/1979	15/02/1979	90010	Associações e fundações privadas
508546125	CODIMACO - CERTIFICAÇÃO E QUALIDADE, LDA	16/04/2008	16/04/2008	71200	Empresa
504831410	COMISSÃO VITIVINÍCOLA DA REGIÃO DE LISBOA	10/11/2000	02/05/2001	94995	Associações e fundações privadas
502266694	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE	17/06/1987	18/06/1987	84130	Administração regional
500907587	COOPERATIVA AGRICOLA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO CRL	01/04/1977	01/04/1977	47761	Cooperativa

500075018	COOPERATIVA AGRICOLA DOS FRUTICULTORES DO CADAVAL CRL	23/07/1969	08/03/1973	46311	Cooperativa
501192891	COOPQUER - COOPERATIVA AGRÍCOLA DE ALENQUER CRL	13/01/1982	13/01/1982	01610	Cooperativa
505813238	CENTRO OPERATIVO E TECNOLÓGICO HORTOFRUTÍCOLA NACIONAL	11/07/2001	29/01/2002	94995	Associações e fundações privadas
508919827	CREATIVELAND - CONSULTORIA DE IMAGEM, LDA	16/06/2009	17/07/2009	74100	Empresa
503330124	FLOREST - Associação dos Produtores Agrícolas e Florestais da Estremadura	02/12/2003	31/01/1995	94995	Associações e fundações privadas
502683430	Fundação João XXIII - Casa do Oeste	24/07/1991	24/07/1991	94910	Associações e fundações privadas
506971244	INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA	01/01/1991		85420	Outras entidades públicas
508450918	LIGAR À VIDA - Associação de Gestão Humanitária para o Desenvolvimento	07/02/2008	07/02/2008	94995	Associações e fundações privadas
503074705	LOURAMBI - Associação para a Defesa do ambiente do Concelho da Lourinhã	16/12/1992	16/12/1992	94992	Associações e fundações privadas
500697248	LOURICOOP - Cooperativa de Apoio e Serviços do Concelho da Lourinhã, CRL	10/12/1976	01/09/1977	46750	Cooperativa
507393902	Associação para a promoção Lagoa de Óbidos	01/01/2005		94995	Associações e fundações privadas
506398129	NSPROJECTS, MULTIMÉDIA E SERVIÇOS INFORMÁTICOS LDA	20/12/2012	20/12/2012	62020	Empresa
508190371	PRESTENERGIA - Serviços, Equipamentos, Silvicultura e Energias, ACE	01/01/2008		02100	Empresa
508085268	RURALPREST - Equipamentos e Máquinas Agrícolas, Técnicas de Energia e Serviços, uni.LDA			47784	Empresa
504938495	TRANSFORMA, Associação Cultural	23/05/2000	09/06/2000	94991	Associações e fundações privadas
508808324	ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO CENTRO DE PORTUGAL	15/09/2008	02/01/2009	84123	Administração Central
506874249	MUNICÍPIO DE ALCOBAÇA		10/04/1976	84113	Autarquias Locais

501305734	MUNICIPIO DE ALENQUER		10/11/1882	84113	Autarquias Locais
505307685	Município de Arruda dos Vinhos			84113	Administração local
506800580	Município de Bombarral			84113	Administração local
505763621	MUNICIPIO DO CADAVAL		06/08/1986	84113	Autarquias Locais
502177101	Município da Lourinhã			84113	Administração local
501222634	MUNICIPIO DE CALDAS DA RAINHA	25/02/1985	25/02/1985	84113	Autarquias Locais
507012100	MUNICÍPIO DA NAZARÉ		13/10/2013	84113	Autarquias Locais
506802698	MUNICÍPIO DE ÓBIDOS	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506812820	MUNICÍPIO DE PENICHE	12/11/1909	12/11/1909	84113	Autarquias Locais
502173653	MUNICIPIO DE TORRES VEDRAS	15/08/1250	06/01/1988	84113	Autarquias Locais
505410850	MUNICÍPIO DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
507513738	Freguesia A dos Negros			84113	Administração local
506901629	Freguesia Amoreira			84113	Administração local
510835120	Freguesia do Bombarral e Vale Côvo			84113	Administração local
510837611	Freguesia Lourinhã e Atalaia			84113	Administração local
510839703	Freguesia Bartolomeu dos Galegos e Moledo			84113	Administração local
507024427	Freguesia Olho Marinho			84113	Administração local
506970515	Freguesia de Pó			84113	Administração local
506631001	Freguesia de Ribamar			84113	Administração local
506911020	Freguesia da Roliça			84113	Administração local
510833586	Freguesia S. Pedro, St. Maria e Sobral da Lagoa			84113	Administração local
507365860	Freguesia do Vilar			84113	Administração local
507443217	Freguesia de Reguengo Grande			84113	Administração local
506861546	Freguesia de Santa Bárbara			84113	Administração local
506933822	Freguesia do Carvalhal			84113	Administração local

506354490	Freguesia Moita dos Ferreiros			84113	Administração local
506931382	FREGUESIA DE GAEIRAS	04/10/1985	04/10/1985	84113	Autarquias Locais

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Oeste

Grupo Ação Local

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Porcentagem
-------	-------	----------	-----------	-------------

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

O território de intervenção do DLBC rural do Baixo Oeste enquadra-se, em termos administrativos, na sub-região Oeste (NUTS III) e na região do Centro (NUTS II). É composto pelos municípios de Alenquer (43.267 hab; 304,22 km²), Arruda dos Vinhos (13.391 hab; 77,96 km²), Cadaval (14.228 hab; 174,89 km²), Lourinhã (25.735 hab; 147,17 km²), Sobral de Monte Agraço (10.156 hab; 52,10 km²), e Torres Vedras (79.465 hab; 407,15 km²). A área de abrangência do DLBC rural do Baixo Oeste corresponde à totalidade dos concelhos, exceção feita às freguesias da cidade de Torres Vedras e a freguesia do Carregado, com uma população total de 147.084 habitantes.

O Baixo Oeste apresentava, em 2011, uma densidade populacional média de 160,07 habitantes/ km² (superior à média nacional, de 112,30), com a maior variação a registar-se entre o Cadaval (81,40) e Torres Vedras (195,20). A população do Baixo Oeste cresceu 18.327 habitantes nos últimos 10 anos (10,91%), apresentando contudo uma tendência de envelhecimento (índice de envelhecimento de 102,8 face à média nacional de 90,3) e um crescimento socioeconómico heterogéneo, havendo uma forte polarização da população em torno dos principais aglomerados urbanos e área de influência da Área Metropolitana de Lisboa (AML).

No que se refere às características naturais, o território de intervenção é uma zona de vales e colinas entre o Maciço Calcário Estremenho e o mar, com arribas e serras no litoral que lhe conferem um clima suave e húmido.

A Serra de Montejuento representa uma paisagem natural que se ergue entre o litoral e o vale do Tejo abrangendo os concelhos de Alenquer e Cadaval. Dada a sua presença nesta região marcadamente agrícola, a serra surge como “um dos últimos refúgios para muitas espécies de animais e plantas” (ICNF), sendo desde 1999 classificada como Paisagem Protegida integrada na Rede Nacional de Áreas Protegidas com gestão da responsabilidade dos municípios de Alenquer e Cadaval e do ICNF. Parte significativa desta serra encontra-se também inserida na Rede Natura 2000.

De salientar ainda a faixa costeira diversificada, os solos férteis, a reduzida erosão no interior e a abundância de recursos hidrológicos que, combinados com o clima ameno, conferem a este território um elevado potencial produtivo.

Ao nível do património cultural e histórico, a região é bastante rica. De acordo com o Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã – Museu da Lourinhã, existe uma mancha territorial do período jurássico na Lourinhã, nas arribas fósseis do litoral e no planalto das Cesaredas, que inclui fósseis de dinossauros (Lourinhosaurus antunesis, Mateus, 1998 e Dinheirosaurus lourinhanensis, Bonaparte & Mateus, 1999) e um espaço de coabitação com ossadas, ovos e embriões. Possui evidências da ocupação humana pré-histórica, como os castros de Pragança, do Zambujal e as grutas pré-históricas na Serra de Montejuento, no planalto

das Cesaredas.

É também possível encontrar neste território as linhas de Torres, linhas de fortificações erguidas aquando das invasões francesas e que constituem uma das maiores linhas de defesa militar alguma vez erguida pelo homem, tendo marcado o destino do país nesse período.

No domínio turístico existe uma oferta diversificada ancorada na heterogeneidade do território, da praia ao golfe, passando pelo turismo natureza e turismo de experiência, em que a produção vitivinícola tem uma interessante expressão. De acordo os dados do INE, o território acolheu turistas estrangeiros que ficaram por um período médio de 2,6 noites, um valor similar com a NUTS III do Oeste e acima da NUTS II Centro. Destaque contudo para a ainda escassa capacidade de alojamento (6,7 por 1000 habitantes) do Baixo Oeste e para a representatividade também pouco expressiva dos hóspedes estrangeiros.

No que respeita à dinâmica económica, os municípios do Baixo Oeste apresentam, à exceção do Cadaval, uma densidade de empresas superior à média da região Centro. A maioria das empresas tem menos de 10 pessoas ao serviço, à semelhança da sub-região Oeste e da Região Centro, com uma média de 2,6 pessoas ao serviço por empresa. Os municípios de Alenquer e Torres Vedras são os que apresentam volumes de negócio/empresa mais elevados. As quatro maiores empresas de cada município do Baixo Oeste representam, em média, 23% do volume de negócios, valores cerca de quatro vezes superiores aos valores da sub-região do Oeste e da Região Centro, o que reflete a relevância local das grandes empresas e a pertinência de apostar na presente EDL como oportunidade de diversificação e densificação da base económica sustentada na microeconomia.

A atividade industrial é um setor com uma forte tradição local assente essencialmente em recursos naturais e mão-de-obra com baixos níveis de qualificação que enfrenta desafios constantes de modernização, adaptação às novas formas de organização do mercado e inovação nos processos produtivos. A indústria de minerais não-metálicos (sobretudo cerâmica) e a indústria alimentar representam, respetivamente, 2% e 5% do volume de negócios total nacional. Os tipos de indústria agroalimentar mais importantes são o abate, preparação e conservação de carnes e derivados (32%), fabricação de alimentos compostos para rações (22%) e conservação de frutos e hortícolas (17%).

As dinâmicas agrícolas de base associativa, cooperativa e as mais recentes organizações de produtores estão concentradas neste território de forma marcante, afirmando-se progressivamente como uma marca regional de um sector moderno, competitivo e em crescimento. O setor primário tem especial expressão nos concelhos do Cadaval e Lourinhã.

De acordo com a Associação Nacional de Produtores de Pêra Rocha (ANP) DOP do Oeste, a colheita dos seus associados foi, no 2013, de 160.983 toneladas (cerca de mais 68,16 mil toneladas / 42,35% relativamente ao ano anterior), o que, de acordo com a mesma fonte, corresponderá a cerca de 82% da produção nacional. Os municípios do Cadaval, Lourinhã e Torres Vedras encontram-se entre os concelhos com maior área de pomar de pêra rocha por superfície agrícola útil.

No que se refere à área de vinha inscrita na Comissão Vitivinícola da Região de Lisboa, os concelhos de Alenquer e Torres Vedras são dois dos maiores contribuintes para os 2 mil ha aptos à produção de Vinho com Denominação de Origem Controlada, com 618ha e 873ha respetivamente.

Em 2011, a percentagem da população empregada no setor primário variava de 2,5%, mínimo registado em Arruda dos Vinhos, para um máximo de 12,0%, registado na Lourinhã. Em 2009, a Lourinhã apresentava o segundo maior valor de mão-de-obra agrícola por 100 habitantes (11,8), só sendo ultrapassada pelo Cadaval (13,9), mas registava o valor mais baixo de área média por exploração (4,8 ha) (CCDR, 2011).

A importância do setor terciário no Baixo Oeste é muito expressiva (CCDR, 2011), com, por exemplo, Arruda dos Vinhos a registar cerca de 75% da sua população empregada neste setor.

A atividade agrícola da região é assimétrica: Torres Vedras possui o maior nº de efetivos ativos na agricultura e Sobral de Monte Agraço o menor; no entanto, a percentagem nos seus universos de população ativa faz com que seja a Lourinhã o município onde o emprego no setor primário tem mais representatividade na população ativa. Os municípios mais a norte, Lourinhã e Cadaval, detêm todos valores percentuais da população empregue na agricultura acima dos 30%, que evidencia o carácter profundamente agrícola destes municípios e o peso que esta atividade detém na economia local.

No território do Baixo Oeste o número de pessoas empregadas ao serviço do setor da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” representa 55% da sub-região do Oeste. O subsetor “agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados” é maior tributário do setor, seguido do subsetor da “pesca e aquicultura” e, por fim, o subsetor da “silvicultura e exploração florestal”.

No domínio dos serviços básicos de suporte à qualidade de vida, destaque para a existência de um hospital público e seis centros de saúde, bastante abaixo da média da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT). Existem quatro escolas profissionais e um estabelecimento de ensino superior: ao nível da investigação.

destaca-se a Estação Vitivinícola Nacional, no concelho de Torres Vedras.

Uma das principais fragilidades identificadas no território é a fraca qualificação dos recursos humanos e os baixos níveis de instrução da população.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

- Potencial de colaboração entre o setor da I&D e setores económicos predominantes
- Proximidade a Lisboa
- Potencial de criação de emprego qualificado
- Oferta de qualidade de vida superior dos meios rurais
- Proximidade ao mercado de Lisboa e acessibilidades rodoviárias de elevado nível (A8, A15, IP6)
- Potencial de valor acrescentado do pescado fresco
- Elevado potencial de uso das energias renováveis: eólica, marés, biomassa, biogás, solar
- Potencial de crescimento do setor secundário alimentado pelo setor primário
- Surgimento de produtos de 2^a, 3^a e 4^a gama
- Diversidade da oferta agroindustrial
- Margem de progressão na valorização e comercialização dos produtos locais
- Circuitos de comercialização multissetoriais em elaboração
- Potencial elevado de atividades de turismo: sol, praia resorts turísticos
- Potencial histórico de Redes interurbanas e rurais

Principais Pontos Fortes

- Solos férteis e com reduzida erosão
- Abundância de recursos hidrológicos
- Instituições de ensino com ligação aos setores económicos predominantes
- Centros urbanos estruturantes (Torres Vedras)
- Complementaridade e sinergias urbano rural
- Capacidade instalada das organizações de produtores
- Existência de agroindústrias, aptidão agrícola e economia regional baseada na relação rural urbana
- Estrutura produtiva diversificada
- Elevada dinâmica de criação de emprego sazonal
- Intensidade, variedade e existência de produtos locais de excelência (Pêra Rocha, Maçã, Hortícolas e Vinhos de Quinta)
- Consolidação enquanto destino turístico de Golfe
- Património arqueológico, histórico, natural, sociocultural, ambiental e arquitetónico
- Termalismo regional
- Costa marítima e praias de elevado valor paisagístico

Principais Ameaças

- Setor de I&D pouco desenvolvido e currículos escolares indefinidos
- Risco de encerramento de empresas do setor da cerâmica
- Logística de transportes baseada na rodovia, com falta de oferta de ferrovia na região
- Fraca internacionalização da economia
- Alteração do uso dos solos
- Poluição e consumo excessivo
- Alterações climáticas
- Abandono agrícola
- Envelhecimento da população rural
- Urbanização da cultura rural
- Descaracterização da paisagem rural
- Concentração dos circuitos de distribuição e esmagamento de preços
- Transformação dos produtos locais em produtos indiferenciados
- Concorrência internacional e esmagamento de preços
- Desagregação da oferta regional
- Não incorporação da identidade local nos empreendimentos turísticos
- Não adequação das atividades turísticas de mar
- Intervenções complexas em património classificado de custo elevado

Principais Pontos Fracos

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

- Concentração de atividades de I&D e de ensino superior na Área Metropolitana de Lisboa, com défice de serviços de apoio locais
- Baixa atratividade da formação oferecida
- Dificuldades de acesso a mercados internacionais
- Saneamento industrial dos setores das suiniculturas e aves - Estado da Poluição desconhecido
- Verões frescos
- Inexistência de grandes reservas de água potável com caudais irregulares
- Escala da produção de dimensão familiar, com baixa produção e produtividade
- Abandono da agricultura e redução do repositório de culturas
- Atividades turísticas de baixo valor acrescentado
- Baixa articulação administrativa e territorial com o tecido económico rural
- Baixa perceção, organização e sinalização de atrativos nas zonas rurais
- Baixa articulação entre as áreas de cada setor económico
- Desemprego sazonal cíclico

Para o território do Baixo Oeste, com base no exposto identificam-se os seguintes fatores críticos de sucesso a considerar:

- Pouca oferta de formação escolar e profissional (CEF/cursos profissionais) que resultam numa baixa qualificação; pouco interesse e fraca participação das famílias no processo educativo; abandono escolar/trabalho infantil; dificuldade em criar parcerias para rentabilização de recursos já existentes;
- Insuficiente definição e promoção da cultura local e regional e de uma dinâmica de desenvolvimento de atividades nas associações e coletividades; atividades associativas pouco atrativas, com desajustamento face à população-alvo;
- Elevada taxa de desemprego, com falta de estruturas de apoio à população desempregada e de tecido empresarial capaz de dar respostas; desajustamento entre oferta e procura de emprego; falta de ações de sensibilização para orientação profissional; aumento de exigências de qualificação profissional/formação por parte das entidades empregadoras (causando desmotivação de uma parcela da população ativa); dificuldade de escoamento de mão-de-obra agrícola e pesqueira;
- Maior volume de microempresas; emprego sazonal e precário; falta de mão-de-obra qualificada; insuficiente dinamização da atividade económica local e do tecido empresarial; deficiente forma de cativar o investimento; crise no setor agrícola e pescas;
- Envelhecimento populacional; decrescimento populacional do grupo etário mais jovem; aumento de famílias carenciadas por desestruturação familiar /carência económica; meio rural sofre com o aumento de populações com hábitos citadinos (independência económica, proteção, afeto, confiança, segurança).

Para o desenvolvimento da EDL afirmam-se os seguintes desafios:

- Reforçar a economia local através de redes de cooperação multisectoriais, com a criação e promoção de projetos que integrem diversas fileiras estratégicas;
- Diferenciar o universo agrícola do território promovendo a integração da singularidade da imagem regional e da sua base rural, incentivando a comunicação e direcionando a economia local para a inovação, para o estabelecimento de redes temáticas integradas e para a produção de produtos de 2ª, 3ª e 4ª gama;
- Aumentar a incorporação de valor acrescentado na oferta regional, estabelecendo parcerias económicas com setores de I&D, desenvolvendo projetos de base;
- Melhorar a qualidade de vida das populações do meio rural, prestando apoio a iniciativas de coesão social e de dinamização do património rural como potenciadoras da competitividade económica do território e da solidariedade social sustentável;
- Apoiar o tecido associativo, nomeadamente as organizações locais na perspetiva do desenvolvimento de parcerias entre diferentes sectores;
- Fortalecer o ordenamento do território e a sua riqueza ambiental, prestando apoio a projetos regionais com base na sustentabilidade ambiental e económica, que recorram a metodologias de eficiência energética e a fontes de energia renovável;
- Interligar a oferta turística regional com a identidade rural do território, prestando apoio ao desenvolvimento de atividades turísticas que promovam os produtos locais e integrem a oferta turística do litoral com a oferta turística do interior, numa relação de complementaridade entre estas duas vertentes;
- Fortalecer as sinergias rural urbano, nomeadamente no que toca à comercialização e distribuição de produtos agrícolas locais.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

O território do DLBC rural do Baixo Oeste reúne três dimensões estruturantes e diferenciadoras que o tornam ímpar no contexto nacional. Destacam-se a diversidade de recursos (agrícolas, geológicos, geomorfológicos, hídricos, paisagísticos, culturais, etc.) que conferem ao território uma paisagem rural diferenciada e a possibilidade de desenvolvimento; a intensidade de ocupação humana e a proximidade física do território a outras realidades demográfica como a Área Metropolitana de Lisboa.

É a agregação destas 3 dimensões e a intensidade das dinâmicas socioeconómicas existentes que diferenciam o território do Baixo Oeste. A materialização física destas dimensões traduz-se numa importante área agrícola, com volumes de produção e VAB acima da média nacional e no crescimento recente do setor energético regional com o aproveitamento de fontes de energia renovável.

A visão pretende, deste modo, refletir as especificidades do território e constituir um quadro de referência no qual assentam as intervenções a desenvolver. Pretende representar um cenário prospetivo, a médio prazo, assente numa lógica de valorização de pontos fortes e oportunidades que o território do Baixo Oeste dispõe. Neste contexto, propõe-se uma visão única que norteie a EDL, sendo espectável que seja alcançada de

forma progressiva, tendo em consideração o trabalho conjunto da parceria e as oportunidades decorrentes dos apoios disponíveis, nomeadamente:

“BAIXO OESTE – A NATUREZA CONSTRUÍDA PELO HOMEM DA TERRA. UM TERRITÓRIO RURAL, MODERNO E MULTIFUNCIONAL, ASSENTE NA VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS, ATRAVÉS DE PROCESSOS CRIATIVOS, INOVADORES E SUSTENTÁVEIS COM VISTA AO AUMENTO DA COMPETITIVIDADE E DA COESÃO SOCIAL”.

O mote “Baixo Oeste – a Natureza construída pelo Homem da terra” permanece como âncora da estratégia a desenvolver, destacando o impacto das intervenções humanas para a conservação e valorização dos recursos naturais, capaz de alavancar a multifuncionalidade do território.

Pretende-se assim que, em 2020, o território do Baixo Oeste contribua para o cumprimento da visão da região Oeste2020 orientada para a valorização dos seus recursos (humanos e naturais) através do equilíbrio entre processos criativos, inovadores e sustentáveis, garantindo a qualidade de vida e o aumento da cadeia de valor das dinâmicas empresariais.

Tal como explanado na candidatura da 1ª fase, projeta-se para o território uma integração de todas as intervenções, em dinâmicas cujos elementos pertençam a uma rede de comunicação regional, que potencie e seja potenciada pelo objeto de cada dimensão do conceito de desenvolvimento rural. As diversas formas de comunicação associadas ao turismo, à comercialização ao uso da tecnologia e da inovação e ao acesso aos mercados pela inclusão social são o canal de distribuição e de comunicação deste processo.

A vocação definida é ancorada em eixos e objetivos estratégicos alinhados com as orientações estratégicas europeias, nacionais e regionais.

Neste contexto, foram definidos objetivos claros e coerentes com as especificidades do território e as prioridades regionais (Centro 2020), nacionais (Portugal 2020 e PDR 2020) e europeias (Europa 2020) em matéria de crescimento inclusivo, sustentável e inteligente.

A vocação é concretizada através da prossecução dos seguintes eixos e objetivos estratégicos:

EIXO I - MODERNIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE AGRÍCOLA

Objetivo estratégico: “Melhorar a competitividade do setor agrícola através da modernização e diversificação”.

Os investimentos nas explorações agrícolas e na transformação e comercialização de produtos agrícolas contribuem de forma direta para a melhoria do desempenho económico que viabiliza uma maior participação das mesmas no mercado. Neste âmbito, serão apoiados projetos que promovam a reestruturação e modernização das explorações agrícolas, sendo de importância decisiva para o aumento da competitividade do setor. Complementarmente este eixo estará correlacionado com o apoio à criação de parcerias estratégicas com unidades de ensino e de investigação e o apoio a projetos de base científica resultantes de parcerias com entidades de I&D.

EIXO II - VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGROALIMENTARES E DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Objetivo estratégico: “Promover a valorização dos produtos e a organização das cadeias produtivas agroalimentares com orientação para o mercado”.

Este eixo promove a implementação de diversas ações com destaque para o apoio à criação de cadeias curtas de distribuição e comercialização dos produtos locais, nomeadamente com o incentivo a projetos integráveis em redes de promoção multisectoriais e o apoio a organizações de fileira incentivando as parcerias entre diferentes sectores. Neste eixo, o papel dos agrupamentos e organizações de produtores e das organizações interprofissionais deve ser assumido como de significativa relevância garantindo não só o ganho de escala mas também a interação dos agentes na valorização dos recursos específicos do território.

EIXO III – CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL

Objetivo estratégico: “Promover a sustentabilidade dos recursos e a valorização do património natural e cultural local”.

Perante a riqueza do património natural e cultural do Baixo Oeste e o seu potencial de valorização económica (ambiental, energética e turística) considera-se pertinente a aposta na conservação e na gestão equilibrada e integrada dos recursos naturais. Sendo a intervenção humana no território uma garantia para o seu desenvolvimento, é, contudo, essencial exigir o respeito pela capacidade de carga e características naturais intrínsecas, acautelando a preservação da natureza e a correta valorização das potencialidades, sem por em risco os ecossistemas existentes.

Este eixo prevê a implementação de ações tais como o apoio a projetos que integrem tipologias concebidas numa perspetiva de sustentabilidade ambiental e económica, de valorização cultural e apoio a projetos que promovam a eficiência energética e o uso de fontes de energia renovável.

EIXO IV – EMPREENDEDORISMO PARA A COESÃO SOCIAL

Objetivo estratégico: “Promover a coesão social através do empreendedorismo e diversificação económica local”.

Contemplam-se aqui a implementação de ações com enfoque no desenvolvimento rural, nomeadamente, na promoção da diversificação económica local, na implementação de medidas ativas de emprego, facilitando o empreendedorismo e a inserção no mercado de trabalho, assim como o apoio ao investimento no tecido empresarial rural. Destaca-se ainda a importância que será dada ao setor do turismo e a sua interligação com a identidade rural do território do Baixo Oeste.

No âmbito da qualidade de vida da população rural, prevê-se o apoio a iniciativas de coesão social na perspetiva de fomentar a criação de um mercado de trabalho inclusivo.

EIXO V - ANIMAÇÃO DO TERRITÓRIO E GESTÃO DA PARCERIA

Objetivo estratégico: “Organizar, mobilizar e capacitar a parceria com vista à execução da EDL e a promoção do território”.

A implementação da EDL proposta na presente candidatura exige um trabalho de proximidade e envolvimento dos parceiros nas atividades de animação e de acompanhamento. Com vista ao alcance dos resultados propostos, considera-se relevante garantir a capacidade técnica e financeira dos parceiros do GAL e a sua adequada orientação para os objetivos da EDL. Deste modo, no seguimento do trabalho realizado no âmbito da preparação da EDL e da constituição da parceria, será valorizado o envolvimento e mobilização dos parceiros, ocorrendo com regularidade reuniões periódicas e partilha de informação regular para garantir uma dinâmica interna de trabalho.

A parceria GAL do Baixo Oeste será ainda responsável pela divulgação da EDL junto da comunidade local, sensibilizando a população e potenciais beneficiários para a sua importância e para as oportunidades decorrentes deste novo instrumento que poderão debelar fragilidades estruturais (económicas e sociais) existentes. A sua intervenção passa igualmente pela promoção de atividades de comunicação interna, mobilizadoras da comunidade local, e externa, capazes de promover e divulgar o potencial deste território, no âmbito das ações de animação.

EIXO VI - COOPERAÇÃO E PARTILHA DE BOAS PRÁTICAS

Objetivo estratégico: “Promover a aprendizagem e partilha de boas práticas no âmbito da cooperação interterritorial e transnacional do GAL”.

A Leader Oeste assume como prioridade a promoção da cooperação com vista à aprendizagem conjunta e a partilha de boas práticas para o sucesso da execução da EDL proposta. A aposta em projetos conjuntos, quer a nível nacional como internacional, com outros GAL e/ou outras instituições que atuem em domínios relevantes para a concretização da EDL proposta será uma importante medida para atingir estes fins.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

A Leader Oeste tem uma experiência bem-sucedida na mobilização e coordenação de parcerias locais inseridas em meios rurais. A representatividade territorial do conjunto dos 79 associados multisectoriais evidencia abertura e democracia participada numa dimensão pouco comum para um território rural. Para o sucesso da implementação da EDL, a Leader Oeste considera fundamental o envolvimento dos potenciais beneficiários e de diversas entidades locais, regionais, nacionais e internacionais e da capacidade de articularem as suas responsabilidades e intervenções em rede. Estes atores territoriais são fundamentalmente entidades privadas e públicas que desenvolvem a sua atividade no território do Baixo Oeste, com destaque para: CCDRC, Oeste CIM, entidades gestoras de programas operacionais regionais e nacionais, Fundação Minha Terra, IEFP - Instituto do Emprego e Segurança Social, Câmaras Municipais, associações empresariais, instituições de ensino superior, secundário e profissional e instituições particulares de solidariedade social.

Dispositivos de participação dos parceiros na execução da EDL:

No sentido de fomentar a mobilização e participação ativa dos atores territoriais prevêem-se dinâmicas regulares com os associados e os restantes parceiros externos, com base na comunicação e democracia participativa:

A realização de reuniões da Assembleia Geral enquanto órgão constituído por todos os parceiros do GAL Baixo Oeste cujas principais funções são o acompanhamento e avaliação da estratégia;

O envolvimento dos associados e de parceiros externos/potenciais promotores de projetos a apoiar;

A participação de órgãos de comunicação social em visitas de acompanhamento a projetos apoiados, garantindo a divulgação de resultados.

Organização do GAL para assegurar atividades de animação e acompanhamento da EDL

A organização o Gal foi anteriormente apresentada, considerando-se que a mesma é adequada à implementação de atividades de animação e acompanhamento dado estarem envolvidos os diversos parceiros. Complementarmente, poderá prever-se que a mobilização das entidades da parceria contemple a realização de sessões de informação conjuntas que permitam o debate e a partilha de boas práticas relativas à gestão e implementação da EDL, bem como a realização de viagens consideradas pertinentes para a melhoria contínua das atividades previstas e os resultados a alcançar.

Procurar-se-á ainda garantir o sucesso das atividades de animação e acompanhamento potenciando a experiência e a rede de contatos dos seus parceiros, salientando, desde logo, a importância da associação Leader Oeste neste âmbito.

Ações de animação e promoção do território

Suportado na lógica de desenvolvimento de abordagens integradas e inovadoras do meio rural e de estímulo à participação dos agentes locais na gestão de processos de desenvolvimento, que encontra alinhamento com os princípios estratégicos da EDL, apresentam-se ações de animação e promoção do território que compreendem:

--A dinamização de ações de divulgação e informação dirigidas aos beneficiários /destinatários potenciais do PDR2020;

-- O desenvolvimento e implementação de canais de comunicação online;

-- A participação em feiras e eventos nacionais e internacionais;

-- A dinamização de projetos de cooperação nacionais e internacionais;

-- A dinamização de eventos de disseminação;

-- A dinamização de ações de informação e formação dirigidas aos futuros técnicos ligados à gestão do programa PDR2020.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

Alinhamento com a EIDT Oeste 2020:

Atuando no mesmo território da EIDT Oeste 2020 da responsabilidade da OesteCIM, a EDL do Baixo Oeste articula-se com a mesma, sendo um dos instrumentos responsáveis pela sua adequada implementação.

Tendo por base os três pilares temáticos da estratégia Europa 2020, a EIDT da Região do Oeste evidencia um claro alinhamento no Quadro Estratégico Comum (QEC) com a Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3) e expressa a aposta da região para o novo período 2014-2020. Delineada pela Comunidade Intermunicipal do Oeste (Oeste CIM), a estratégia EIDT da Região Oeste foi construída em conjunto com parceiros regionais dos diversos setores da região, entre os quais a Leader Oeste.

De acordo com a visão da EIDT, o Oeste 2020 deve “afirmar-se como uma região global na qual os recursos humanos agrícolas e marinhos são potenciados pelo equilíbrio entre os processos criativos, inovadores e sustentáveis e garantem a qualidade de vida e o aumento da cadeia de valor das dinâmicas empresariais”.

Baseados nas especificidades da região Oeste e, de acordo com as orientações da União Europeia para

2014-2020, são apresentados, de seguida, os eixos e objetivos estratégicos. As premissas +I (inteligente) e +C (criativo) estão implícitas a toda a definição estratégica, tendo por base a necessidade da Região se preparar para os desafios de uma sociedade de conhecimento competitiva onde a diferenciação e a eficiência são decisivas.

- Eixo 1 - SOCIEDADE DIGITAL: Melhorar a eficácia e eficiência dos sistemas urbanos, empresas e serviços através da aposta nas novas tecnologias;
- Eixo 2 - I+D+I (INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO): Apostar na Investigação, Desenvolvimento e Inovação, através do reforço das capacidades regionais e empresariais no sentido de estimular uma economia de conhecimento e criatividade capaz de gerar valor acrescentado;
- Eixo 3 – INTERNACIONALIZAÇÃO: Promover a internacionalização das empresas e setores do Oeste e assumir-se como um destino atrativo para instalação de empresas estrangeiras;
- Eixo 4 – EMPREENDEDORISMO: Desenvolver um ecossistema de suporte ao surgimento e desenvolvimento de projetos empresariais autossuficientes e de valor acrescentado para a Região;
- Eixo 5 - EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E RETENÇÃO DE TALENTO: Valorizar o talento regional através de práticas criativas e inteligentes que permitam a melhoria das capacidades/talento individual;
- Eixo 6 - REGENERAÇÃO URBANA E MOBILIDADE: Garantir a gestão sustentável e inclusiva dos espaços urbanos e a adaptabilidade e eficiência dos sistemas de mobilidade;
- Eixo 7 - SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA: Promover uma economia regional verde, pela gestão integrada dos recursos naturais e valorização sustentável de oportunidades emergentes;
- Eixo 8 - MERCADO DE TRABALHO E EMPREGO: Apostar num mercado de trabalho flexível e qualificado capaz de responder de forma empreendedora aos desafios da Região Oeste;
- Eixo 9 - INCLUSÃO SOCIAL: Garantir a articulação das políticas sectoriais de inclusão e o reforço das parcerias locais, garantindo uma intervenção social precoce, multidimensional e territorializada;
- Eixo de Especialização - ECONOMIA DO MAR: Apostar na eficiência e transversalidade dos recursos marinhos, garantido uma interface operacional entre entidades de educação e investigação, administração pública, setor privado e cidadãos;
- Eixo de Especialização – AGROALIMENTAR: Explorar novas oportunidades ao longo da cadeia de valor do agroalimentar, reforçando sinergias intra ou inter-cluster, e potenciando a internacionalização e a IDI no setor;
- Eixo de Especialização – TURISMO: Criar um destino turístico de proximidade que se distingue pela diversidade concentrada e pela complementaridade e inovação das experiências oferecidas.

A EDL Baixo Oeste está articulada com estes eixos e objetivos estratégicos da EIDT da Região do Oeste, com destaque para o seu contributo para os eixos de especialização Agroalimentar e Turismo, assim como os eixos relativos ao empreendedorismo (eixo 4), sustentabilidade e eficiência (Eixo 7), mercado de trabalho e emprego (eixo 8) e inclusão social (eixo 9).

Neste contexto, a EDL contribuirá de forma direta para a concretização das medidas referentes à Marca Oeste (medida 3), Rede Oeste Empreendedor (medida 4) e Oeste Emprego (medida 6).

Alinhamento com a Estratégia Regional Centro 2020:

O Programa Operacional (PO) Regional do Centro – Centro 2020 reflete a estratégia de desenvolvimento regional para o futuro da região Centro de Portugal. Caracterizando-se por apresentar fortes assimetrias territoriais, a estratégia de desenvolvimento regional no ciclo de programação (2014-2020) assume a coesão territorial como uma prioridade de desenvolvimento.

Alinhado com as ambições do Centro 2020, a presente EDL construída através de um DLBC constitui uma ferramenta importante para atenuar as assimetrias regionais, reduzindo as disparidades de desenvolvimento económico, coesão social e territorial, para aumentar a proporção de população jovem com formação superior e reduzir substancialmente a taxa de desemprego.

Considerando as prioridades nucleares que procuram dar resposta aos problemas e desafios com que a região se confronta, são apresentados os nove eixos de intervenção do POR Centro e o seu alinhamento com os objetivos estratégicos da EDL Baixo Oeste. Neste contexto, verifica-se um contributo relevante do eixo 1- Modernização e sustentabilidade agrícola, eixo 3 - Conservação e valorização do património natural e cultural e eixo 4 - Empreendedorismo para a coesão social para o cumprimento dos eixos de intervenção do POR Centro.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

Prevê-se a monitorização da execução e avaliação de resultados, no sentido de se efetuarem correções à estratégia e às atividades em curso. Deste modo, foi definido um conjunto de indicadores de realização e de resultado. Face ao exposto, sistematiza-se a matriz de enquadramento lógico para o GAL no período 2014-2020, incluindo a apresentação dos eixos, objetivos estratégicos e específicos e principais resultados a atingir. Uma vez que nos pontos anteriores, os eixos e objetivos estratégicos que sustentam a estratégia foram descritos detalhadamente, acrescentam-se agora os objetivos específicos e aos resultados a atingir. O Eixo 1 “Modernização e sustentabilidade agrícola” promove a implementação dos seguintes objetivos específicos: 1.1. Fomentar investimentos de reestruturação e modernização na produção, transformação e comercialização do setor agrícola e agroalimentar; 1.2. Legitimar cientificamente a incorporação de valor acrescentado na oferta regional, através do reforço de I&D; 1.3. Aumentar e melhorar o apoio aos produtores agrícolas, pecuários e florestais, através do reforço da capacitação e aconselhamento; 1.4. Promover a reestruturação fundiária e o associativismo. Este eixo concorre, ao nível dos indicadores de realização, para uma despesa pública de 1.610.737,15 € até 2023, correspondente a uma estimativa 107 projetos apoiados. Ao nível dos resultados no Eixo 1 serão apoiados 44% das Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização (P2A). Estes dados são referentes a projetos nas áreas de intervenção de pequenos investimentos na transformação e comercialização (4 projetos com uma média de 63.000€ de fundo contratualizado), diversificação de atividades na exploração (3 projetos com uma média de 80.000€ de fundo contratualizado) e regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas (100 projetos com uma média de 12.500€ de fundo contratualizado). O Eixo 2 “Valorização dos produtos agroalimentares e das cadeias produtivas” tem como objetivos específicos: 2.1. Potenciar a economia nas redes de cooperação intersectoriais, favorecendo a integração de produtores primários da cadeia agroalimentar em circuitos de abastecimento curtos; 2.2. Emancipar, organizar e dinamizar o tecido associativo; 2.3. Promover e valorizar os produtos de qualidade. 2.4. Apoiar a prospeção e entrada em novos mercados para escoamento dos produtos locais; 2.5. Apoiar a criação de estruturas afetas à produção e comercialização; 2.6. Valorizar e promover os produtos locais de qualidade e a sua ligação ao setor turístico. Este eixo concorre, ao nível dos indicadores de realização, para uma despesa pública de 500.426,2€ até 2023, correspondente a 8 projetos apoiados nas cadeias curtas e mercados locais e na promoção de produtos de qualidade locais. Ao nível dos resultados no Eixo 1 serão apoiados 3% das explorações ou beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade (P3A). Também neste indicador é considerado o valor percentual nacional. O Eixo 3 “Conservação e valorização do património natural e cultural” tem como objetivos específicos: 3.1. Identificar o território como uma região ordenada, com uma elevada riqueza ambiental e cultural; 3.2. Promover a utilização racional e eficiente dos recursos; 3.3. Proteger, valorizar, conservar e promover o património histórico e cultural com elevado interesse turístico; 3.4. Apoiar a iniciativa empresarial, com vista ao desenvolvimento e consolidação da atividade turística. A PI 6.3 / 6c gerará o aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio, prevendo-se um acréscimo de 839 visitantes. Paralelamente, prevê-se o aumento para 70 dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros até 2023. Este eixo terá uma despesa pública FEDER de 67759,25€ e FEADER de 234573€. De salientar também a Renovação de aldeias, área de intervenção sem indicador específico associado, prevendo-se aqui uma realização de 6 projetos. O Eixo 4 “Empreendedorismo para a coesão social” promove a implementação dos seguintes objetivos específicos: 4.1. Promover a diversificação económica local, considerando as diversas componentes da ruralidade do território; 4.2. Interligar a oferta regional turística com a identidade rural do território do Baixo Oeste; 4.3. Implementar medidas ativas de emprego, nomeadamente novas estruturas de apoio ao empreendedorismo e à inserção no mercado de trabalho, destinada à população desempregada ou inativa; 4.4. Apoiar o investimento no tecido empresarial rural, através do apoio ao desenvolvimento de microempresas e pequenas empresas de base local existentes; 4.5. Apoiar a valorização e exploração de recursos endógenos para a criação de novos negócios; 4.6. Promover um mercado de trabalho inclusivo, que garanta a igualdade de oportunidades; 4.7. Melhorar a qualidade de vida da população do meio rural. Este eixo concorre, ao nível dos indicadores de realização, o apoio de 57 pessoas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, com uma média de investimento de 20.000€. Ao nível dos resultados, 50% das pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, permanecem 12 meses após o fim do apoio. Este eixo concorre ainda, ao nível dos indicadores de realização, para o apoio de 16 projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios. Ao nível dos resultados prevê-se a criação de 23 postos de trabalho. Estes indicadores são mobilizados pelas ações enquadradas na PI 8.8 - Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas. O Eixo 5 “Animação do território e gestão da parceria” visa os seguintes objetivos específicos: 5.1. Gerir e coordenar a EDL; 5.2. Dar a conhecer as potencialidades

e oportunidades da EDL em execução; 5.3. Apoiar e aconselhar potenciais beneficiários; 5.4. Sensibilizar e mobilizar a população para a EDL; 5.5. Aumentar a notoriedade do território do Baixo Oeste, no contexto nacional e internacional. Este eixo concorre, ao nível dos indicadores de realização, para uma despesa pública de 860.000€ até 2023, com o intuito de prestar apoio preparatório à EDL, à Equipa Técnica do GAL e ao Programa de apoio e animação aos beneficiários. O Eixo 6 “Cooperação e partilha de boas práticas” promove a implementação dos seguintes objetivos específicos: 6.1. Promover o intercâmbio de experiências e partilha de boas práticas; 6.2. Fomentar o trabalho em rede; 6.3. Aumentar a notoriedade do território do Baixo Oeste, no contexto nacional e internacional. Este eixo concorre, ao nível dos indicadores de realização, para uma despesa pública de 137000€ até 2023, com o intuito de apoiar os programas de cooperação interterritorial e transnacional do GAL.

Definição da estratégia de desenvolvimento local

Alavancada no conceito de ruralidade moderna (ver os eixos apresentados), a estratégia tem como pilares o desenvolvimento rural e o desenvolvimento sustentável, sem esquecer as sinergias criadas pela proximidade do Baixo Oeste à AML. Os 6 eixos estratégicos da EDL resultaram da necessidade de (1) reforçar a competitividade do setor agrícola, incorporando valor acrescentado na oferta regional; (2) organizar as cadeias produtivas e autonomização do tecido associativo, através da sua capacitação e dinamização; (3) promover a sustentabilidade, assegurando a eficiência de uso dos recursos e valorização do património; (4) desenvolver e diversificar a economia local, potenciando a criação de emprego e a competitividade das empresas nos vários sectores e melhorando a qualidade de vida das populações do meio rural. A EDL encontra-se alinhada com os objetivos e vocação específica apresentados no ponto anterior e concorre para a concretização dos objetivos temáticos e prioridades de investimento definidos à escala nacional e regional. Assume-se uma forte inter-relação entre apoios a conceder através do FEADER e FEDER, valorizando as várias áreas de intervenção possíveis na presente abordagem: - “Melhoria do desempenho económico de todas as explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícolas, tendo em vista nomeadamente aumentar a participação no mercado e a orientação para esse mesmo mercado, assim como a diversificação agrícola (P2A)”. Concretiza-se através da implementação de ações nas áreas/tipologias de intervenção: - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas - Pequenos investimentos na transformação e comercialização - Diversificação de atividades na exploração. - “Aumento da competitividade dos produtores primários mediante a sua melhor integração na cadeia agroalimentar através de regimes de qualidade, do acrescento de valor aos produtos agrícolas, da promoção em mercados locais e circuitos de abastecimento curtos, dos agrupamentos e organizações de produtores e das organizações interprofissionais (P3A)”. Integram-se ações nas seguintes tipologias financiadas pelo FEADER e FEDER: - Cadeias curtas e mercados locais - Promoção de produtos de qualidade locais - “Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas” (PI8.8/8a) e “Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras” (PI 8.3/8iii). - “Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais (P6B)” essencialmente alcançado pelas seguintes tipologias de intervenção: - Renovação de aldeias - “Apoio ao investimento na proteção, na promoção e no desenvolvimento do património natural e cultural” (PI 6.3/6c) - “Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas” (PI 8.8/8a) e “Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras” (PI 8.3/8iii). De forma direta as áreas de intervenção passíveis de englobar no DLBC estão alinhadas com os eixos definidos: Eixo 1 que visa melhorar a competitividade do setor agrícola através da modernização e diversificação agrícola e prevê o apoio de projetos nas seguintes áreas de intervenção: “Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas”, “Pequenos investimentos na transformação e comercialização” e “Diversificação de atividades na exploração”. Eixo 2 que visa promover a valorização dos produtos e a organização das cadeias produtivas agroalimentares com orientação para o mercado. Este eixo integrará o apoio a projetos nas seguintes áreas de intervenção: “Cadeias curtas e mercados locais”, “Pequenos investimentos na transformação e comercialização” e “Promoção de produtos de qualidade locais” podendo também estar relacionado com projetos a financiar no âmbito das PI 8.8/8.3. Eixo 3 que visa promover a sustentabilidade dos recursos e a valorização do património natural e cultural local, prevê o apoio em “Renovação de aldeias” e “Apoio ao investimento na proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural”. Eixo 4 que visa a melhoria da coesão social através do empreendedorismo e diversificação económica local integra projetos de “Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas” e “Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras”. Os dois últimos eixos são transversais, correspondendo a ações estruturais para a correta execução a EDL.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	eixo 4	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	23,00	57,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	40,00	50,00	971 609,85€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Eixo 3	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	336,00	839,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,02	0,07	67 759,25€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Eixo 4	Empresas que beneficiam de apoio	7,00	16,00	Postos de trabalho criados	9,00	23,00	609 833,28€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixos 1,2,3	Despesa Pública	704,00	2346,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	13,00	44,00	1 610 737,15€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixos 1,2,3	Projetos apoiados	36,00	121,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	1,00	3,00	500 426,28€

99.M10 - LEADER	FEADER	Eixos 1,2,3	Projetos/beneficiários apoiados	35,00	115,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	17,00	58,00	234 573,72€
-----------------	--------	-------------	---------------------------------	-------	--------	--	-------	-------	-------------

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixos 1,2,3				Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	1,38	1,38	2 345 737,15€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 1	Regime simplificado de Pequenos Investimentos nas explorações agrícolas - Projetos apoiados	30,00	100,00				0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 1				Regime simplificado de Pequenos Investimentos nas explorações agrícolas - Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	15,00	50,00	1 124 737,15€

99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 1	Pequenos investimentos na transformação e comercialização - Projetos apoiados	1,00	4,00				0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 1				Pequenos investimentos na transformação e comercialização - Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	2,00	252 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 1	Diversificação de atividades na exploração - Projetos apoiados	1,00	3,00				0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 1				Diversificação de atividades na exploração - Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	2,00	234 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 2	Cadeias curtas e mercados locais - Projetos apoiados	1,00	4,00				0,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 2				Cadeias curtas e mercados locais - Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	2,00	200 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 2	Promoção de Produtos de Qualidade - Projetos apoiados	1,00	4,00				0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 2				Promoção de Produtos de Qualidade - Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	2,00	300 426,28€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 3	Renovação de aldeias - Projetos apoiados	2,00	6,00				0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 3				Renovação de aldeias - Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	234 573,72€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Eixo 3 e 4	Estratégias	1,00	1,00				0,00€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Eixo 3 e 4				Efeito Multiplicador do Investimento público no investimento Privado	0,00	2,00	0,00€
--	-------	------------	--	--	--	--	------	------	-------

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FSE	971 609,85€
FEDER	677 592,53€
FEADER	2 345 737,15€
Total	3 994 939,53€

Pressupostos

Os Investimentos, Ações e Metas apresentados foram construídos mediante os seguintes pressupostos: - M10 - O1 Despesa Pública: Assumiu-se neste indicador o total da despesa pública de FEADER para a EDL (2.345.737,15€), consagrando todas as áreas de intervenção. Os projetos enquadrados nas áreas “Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas” e “Pequenos investimentos na transformação e comercialização” são responsáveis por 59% da despesa pública FEADER, montante significativamente superior aos 40% obrigatórios. Ao montante FEADER acrescem 260.637,46 € do Orçamento de Estado. - M10 - 020 Projetos apoiados: Assumiu-se neste indicador o total de projetos apoiados no âmbito do FEADER para a EDL (121 projetos), consagrando todas as áreas de intervenção. Atendendo ao histórico de investimento médio no território do GAL foram considerados os seguintes pressupostos médios de financiamento por área: “Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas” - 12.500€; “Pequenos investimentos na transformação e comercialização” - 63.000€; “Diversificação de atividades na exploração” - 80.000€; “Cadeias curtas e mercados locais” - 50.000€; “Promoção de produtos de qualidade locais” - 100.000€; e “Renovação de aldeias” - 40 a 45.000€. A medida “Renovação de aldeias” respeita os 10% de FEADER. - M10 - P2A/P3A: Este indicador inclui todos os projetos excluindo apenas os relativos à área de intervenção “Renovação de aldeias”; - M10 - P2A: O indicador assume a meta nacional dos 44%. - M10 - P3A: O indicador assume a meta nacional dos 3%. - M10 - P6B: O indicador considera que os 121 projetos FEADER serão responsáveis por a criação de 0,5 empregos por projeto. - M10: Efeito multiplicador: O indicador foi calculado para o financiamento FEADER e implica uma dotação de fundo de 2.345.737,15€. O indicador será capaz de gerar por cada euro público investido, 1,38€ privados. - PI.8.8 – O.08.08.01 – Ao nível de realização pressupõe 16 projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, com uma média de financiamento de 37.500€. O indicador de resultado é aferido com a base de cálculo da AG da região Centro, pressupondo-se uma criação média de 1,4 empregos por projeto. - PI 6.3 – O.06.03.01.C - O aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações pressupõe que um custo médio de 95€ por acréscimo de visitante (meta indicada pela AG Centro) que induzirá um aumento do número de visitantes de 839. Para a definição do indicador de resultado considerou-se um acréscimo de cerca de 1% face ao valor de base. O valor de fundo da PI respeita os 10% de FEDER. - PI.8.3 – O.08.03.01. – Ao nível de realização pressupõe 57 projetos de criação do próprio emprego ou empresa, com uma média de financiamento de 17000€. Esta meta foi indicada pela AG Centro. O indicador de resultado acompanha a meta da AG da região Centro a qual prevê 50% das pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio. - FEDER: Efeito Multiplicador: O valor do efeito multiplicador do investimento público no investimento privado (2,0) foi o considerado na PI9.10 no Programa Operacional Centro 2020. Para todos os indicadores foi utilizado o pressuposto de que a avaliação intermédia (2018) deve considerar um valor de 30% face às metas de 2023.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

Neste âmbito, a Leader Oeste considera que a cooperação entre entidades para integração de boas práticas ou experiências pode fornecer importantes contributos para o sucesso da EDL. Deste modo, será relevante a concretização de projetos conjuntos, quer a nível nacional como internacional, com outros GAL e/ou outras instituições que atuem em domínios relevantes para a concretização da EDL proposta. Neste contexto o GAL Baixo Oeste define como principais áreas de cooperação interterritorial e transnacional as seguintes:

- Circuitos curtos de vendas e sinergias urbano-rural: através da partilha de iniciativas e experiências referentes a projetos de comercialização de proximidade que favoreçam a integração dos produtores primários na cadeia agroalimentar e a construção de princípios e práticas comerciais mais justas e coerentes;
- Produtos de qualidade: através da partilha de iniciativas de valorização e promoção de produtos tradicionais locais/regionais de qualidade capazes de acrescentar valor ao setor agroalimentar;
- Turismo: através da aprendizagem e partilha de boas práticas no âmbito da valorização da paisagem e do património natural e cultural com vista à dinamização do turismo e do desenvolvimento local.

A identificação de boas práticas terá em consideração as características do GAL, o alinhamento temático com as três áreas prioritárias identificadas e os resultados e impactos das iniciativas no território, designadamente, o seu contributo para alcance das metas assumidas. A parceria prevê a cooperação com os 28 estados membros da União Europeia.

Além da promoção do desenvolvimento local, a aposta nestas áreas de cooperação deverá contribuir para:

- Acrescentar valor à cadeia agroalimentar através da aprendizagem de iniciativas inovadoras e de valorização do conhecimento que permitam reforçar a competitividade do setor agrícola e de toda a fileira agroalimentar;
 - Promover e valorizar competências técnicas e sociais do capital humano através da partilha de experiências e de uma aprendizagem prática, ajustada às suas necessidades;
 - Afirmar o território do Baixo Oeste através de iniciativas de valorização da sua capacidade inovadora e empreendedora, que fomentem a diversificação económica local e a qualidade de vida da população rural.
- Assim, o objetivo da cooperação interterritorial e transnacional será de partilhar conhecimento e boas práticas em questões relacionadas com a produção, valorização e comercialização de produtos agroalimentares, bem como no âmbito do turismo através da valorização dos recursos endógenos intrinsecamente associada a todas as áreas de intervenção da EDL. Este intercâmbio irá permitir ainda alargar a rede efetiva de parceiros do GAL e fomentar parcerias noutras domínios relevantes.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

A Parceria GAL Baixo Oeste tem na sua génese a LEADER OESTE a qual tem um estatuto jurídico firmado (documento anexo). Para responder aos requisitos do Aviso a Assembleia Geral deliberou criar o órgão de Gestão. A Parceria GAL Baixo Oeste reúne atualmente um conjunto de 79 entidades coletivas de natureza pública e privada. As entidades privadas incluem os setores do ensino, agricultura, associação empresarial, respostas sociais, turismo, cultura, energia, ambiente.

O modelo organizacional que estrutura o apoio à decisão inclui AG - Assembleia-Geral, OG - Órgão de Gestão, EG - Entidade Gestora e uma ETL - Estrutura Técnica Local.

Cada estrutura assume funções distintas, que se discriminam abaixo:

- ASSEMBLEIA-GERAL (órgão deliberativo): As funções da AG incluem a análise da execução da EDL e de propostas de melhoria apresentadas pelo OG. Reúne de forma ordinária, pelo menos uma vez por ano.
- ÓRGÃO DE GESTÃO (órgão executivo): Este órgão é nomeado pela AG e afigura-se como representativo das fileiras estratégicas da região. Ao OG compete executar a EDL e informar a população local do impacto da implementação da EDL no território de intervenção. É constituído por 7 elementos entre os quais entidades privadas e públicas.
- ENTIDADE GESTORA (órgão de coordenação): A EG é a Leader Oeste ao alocar a sua estrutura técnica e os seus recursos. A mesma assegura o alinhamento entre os meios e atividades desenvolvidas pela ETL e esta e as opções de execução deliberadas OG.
- ESTRUTURA TÉCNICA LOCAL (órgão operacional): A ETL é constituída por elementos do corpo técnico da Leader Oeste, visando o apoio às decisões do OG.

O apoio ao processo de análise e seleção de projetos incorpora as seguintes fases:

- A 1.ª FASE refere-se à RECEÇÃO DE PEDIDO, no âmbito da qual a ETL apoiará o promotor na orientação do seu projeto nas medidas aplicáveis.
- A 2.ª FASE prevê a RECEÇÃO DE CANDIDATURAS. Caso o beneficiário opte por submeter projeto / candidatura, ser-lhe-á disponibilizado apoio ao nível do planeamento das próximas fases de candidatura, da conceção de documentação regulamentar de apoio e de prazos e condições de elegibilidade.
- A 3.ª FASE diz respeito à ANÁLISE DE CANDIDATURAS. Nesta fase, reunidas as condições de elegibilidade da candidatura, a ETL apoiará o enquadramento dos projetos e pré-seleção das operações aptas para análise e decisão, a realização de visitas de acompanhamento e a pontuação e hierarquização de projetos.
- A 4.ª FASE refere-se à DECISÃO DE CANDIDATURAS, no âmbito da qual, após emissão e apresentação do parecer de análise, a proposta é apresentada para debate e deliberação pelo OG em sede de reunião para o efeito.
- A última fase encontra-se associada à MONITORIZAÇÃO DAS CANDIDATURAS/AVISOS. É no âmbito desta fase que a ETL garante a monitorização da implementação do projeto.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

Neste ponto são identificados ações e instrumentos de acompanhamento e avaliação da EDL, bem como ações e meios previstos para publicitar a EDL e os seus resultados dentro e fora da sua área de intervenção. Neste sentido, são identificadas as ações e instrumentos de acompanhamento e avaliação da EDL, bem como ações e meios previstos para publicitar a EDL e seus resultados dentro e fora da área de influência. Ações e instrumentos previstos para o acompanhamento da EDL, em particular a monitorização dos projetos aprovados

A execução da EDL no território de incidência do Baixo Oeste terá por base um processo de acompanhamento de candidaturas e projetos aprovados, contemplando as seguintes modalidades e instrumentos:

- Realização de reuniões de acompanhamento e monitorização da EDL, anualmente (por exemplo, nas AG), com o objetivo de apresentar resultados, monitorizar os projetos aprovados e avaliar o seu contributo para os objetivos e metas definidos.
- Realização de reuniões de acompanhamento e monitorização de projetos aprovados (de caráter anual, podendo ser ajustados de acordo com cada projeto), a realizar com os respetivos promotores, durante os primeiros três anos, para identificação de dificuldades ao nível da implementação do projeto e o apuramento de potenciais formas de apoio pela equipa técnica (ET) na sua resolução.
- Realização de relatórios de execução periódicos.

Modalidade e instrumentos previstos para avaliação da EDL

A implementação da EDL será também acompanhada por um processo de avaliação complementar ao processo de monitorização, prevendo-se os seguintes instrumentos/modalidades:

- Desenvolvimento de base de dados/plataforma regional com sistematização regular de informação sobre

metas e resultados. Elemento base de acesso à informação por parte dos parceiros e elementos do modelo de governação previsto. A plataforma deverá ser monitorizada pela Equipa Técnica Local.

- Realização de reuniões do Órgão de Gestão e da Assembleia Geral, onde se prevê preencher o Relatório Semestral de Avaliação, no sentido de obter um ponto de situação da implementação da EDL, análise de quadros de execução de operações contratadas, detetar desvios, falhas e lacunas, bem como definir orientações para melhoria dos processos.

Criação de um “observador externo”, que terá por base uma comissão de avaliação (órgão composto sobretudo por entidades externas à ETL /EG) e que produzirá anualmente um relatório de avaliação referente à execução / aprovação de projetos e da respetiva correspondência nos eixos estratégicos da EDL e alinhamento com outras abordagens integradas para o desenvolvimento territorial na aplicação dos FEEI (Fundos Europeus Estruturais e de Investimento). Pretende-se com este instrumento detetar desvios, falhas ou lacunas por forma a introduzir melhorias e estabelecer medidas complementares, no sentido de tornar mais eficaz e coerente a implementação da EDL.

- A realização de reuniões acompanhamento e monitorização em Assembleia-Geral focadas na avaliação de resultados.

Ações a realizar e meios a utilizar para publicitar a EDL dentro do território e difundir os seus resultados

As ações de publicitação da EDL dentro do território do Baixo Oeste visam a correta utilização dos apoios disponibilizados a potenciais beneficiários/destinatários, com vista à incrementar o número de projetos inovadores que contribuam para a promoção da competitividade dos territórios rurais de forma sustentável. A estratégia de publicitação da EDL neste território prevê: a produção de informação clara sobre a estratégia e apoios disponíveis, se necessário orientada para diferentes públicos-alvo e por medida/ação; o recurso a meios eletrónicos de divulgação, com especial relevo para o website da EG Leader Oeste e/ou do PDR2020. No seguimento desta estratégia, com vista a publicitação da EDL dentro do território do Baixo Oeste, propõe-se desenvolver as seguintes ações:

- Sessões de informação: Organização de sessões temáticas para disseminação de informação relativa ao Eixo 4 – Medida 10 Leader junto de associados, órgãos de comunicação social e potenciais interessados em investir no Oeste, num formato presencial em sala/auditório, não descurando sessões de rádio para o público geral;

- Produção de material informativo: Produção de kits de material informativo em formato papel e digital, nomeadamente brochuras, cartazes, manuais de apoio ao beneficiário com o objetivo de apresentação do GAL Baixo Oeste e do Eixo 4 – Medida 10 do PDR2020, disponibilizando informações úteis a potenciais interessados em desenvolver projetos no território de intervenção e participantes das ações organizadas pelo GAL;

- Criação de Plataforma Regional: Criação de uma Plataforma de Promoção Regional enquanto meio de divulgação privilegiado e estratégico, com o objetivo de publicitar as medidas do PDR 2020, apresentar dados estatísticos do território de intervenção, difundir resultados dos concursos lançados, apresentar boas práticas de projetos já implementados e dar visibilidade aos resultados da implementação do DLBC.

- Divulgação de informação/resultados em artigos, jornais e revistas: Pretende-se recorrer a contactos privilegiados para publicitar o DLBC do Baixo Oeste nos órgãos de comunicação social regionais, através de artigos e cadernos temáticos publicados em jornais e revistas como forma de promoção do território do GAL e do PDR2020 de forma mais abrangente e difusão de resultados da implementação da EDL.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Outros	Indicadores_FEADER_BaixoOeste.xlsx	20/11/2015 18:01	503281239
Protocolo de parceria	ProtocoloParceria_BaixoOeste_EstatutosLeaderOeste.pdf	24/07/2015 16:06	188591516
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-019.pdf	16/09/2015 15:20	
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-019.pdf	24/07/2015 18:59	188591516
Outros	Cont Baixo Oeste.PDF	15/12/2015 17:23	503281239
Protocolo de parceria	ProtocoloParceria_BaixoOeste_ATA_AsembleiaGeral_23072015.PDF	24/07/2015 17:40	188591516
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-019.pdf	20/11/2015 19:35	
Protocolo de parceria	ProtocoloParceria_BaixoOeste_ATA_AsembleiaGeral.pdf	24/07/2015 16:07	188591516
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	OG_ETL_BaixoOeste_.pdf	24/07/2015 18:47	188591516
Outros	EDL_GAL_BaixoOeste_dez2015.pdf	15/12/2015 15:14	503281239